

Promoção de Saúde Mental no Contexto Escolar

Material elaborado com base na Síntese de Evidências de autoria de Vlândia Jucá, Professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará.

A presença de transtornos mentais é significativa na população em geral e tem crescido de modo expressivo entre pessoas com menos de 18 anos. Estima-se que 11,63% das pessoas entre 5 a 24 anos têm transtornos mentais.

Quando se trata de promoção de saúde mental, é preciso entender que a escola é o espaço em que:

- A. crianças e adolescentes passam boa parte do seu tempo, e por isso, é onde os problemas de saúde mental se apresentam de forma mais detectável pelos adultos com quem convivem;
- B. sofrimentos psíquicos são gerados ou intensificados, pois a escola agrega questões sociais amplas, como racismo estrutural, desigualdade social, homofobia, transfobia, entre outras.

E, ao mesmo tempo, a escola é o lugar onde estratégias que integram saúde e educação se fortalecem para que o cuidado seja possível antes que o sofrimento psíquico se apresente ou se agrave. O nome deste cuidado ampliado é promoção da saúde mental no contexto escolar.

RECOMENDAÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

1. Criar políticas de incentivo a estudos que abordem a escola de modo mais integrado aos contextos socioculturais em que se inserem a fim de:
 - a. conhecer os territórios onde habitam e circulam seus estudantes, com seus recursos e suas dificuldades;
 - b. mapear possíveis espaços e equipamentos para a construção de redes intersetoriais;
 - c. construir projetos para movimentar o trabalho em rede.
2. Propor editais para a realização de projetos para que universidades possam apoiar a construção de uma cultura de promoção da saúde na escola de natureza intersetorial. É fundamental que sejam projetos abertos para que a construção aconteça junto à escola. O modelo de apoio matricial do SUS pode servir de inspiração.
3. Investir em estratégias para fornecer subsídios permitindo à escola realizar o trabalho territorial, contabilizando as atividades de mapeamento e construção de redes como parte integrante e fundamental do trabalho.
4. Instituir políticas nas secretarias municipais de educação para a criação de fóruns intersetoriais que envolvam os atores da rede de proteção e assistência a crianças e adolescentes.
5. Pensar estratégias que valorizem e incentivem os trabalhos de redução de danos, e que considerem a parceria entre as escolas e os CAPS para o cuidado dos usuários de álcool e outras drogas.
6. Criar modos de levantamento das experiências bem-sucedidas de enfrentamento ao racismo, à discriminação de gênero e de orientação sexual.
7. Desenvolver políticas, em âmbito nacional, que priorizem a inserção e a permanência de pessoas com deficiência e trabalhem para reduzir a desigualdade social.

Para saber mais, acesse a [Síntese de Evidências](http://www.d3e.com.br) na íntegra no site do D³e: www.d3e.com.br

A associação civil sem fins lucrativos **Dados para um Debate Democrático na Educação (D³e)** colabora para o aprimoramento do debate educacional e a qualificação do uso do conhecimento científico no desenvolvimento de políticas públicas, contribuindo para a promoção de uma educação equitativa e de qualidade no Brasil.